

CONCURSO PÚBLICO
22/10 TARDE SURUBIM: NÍVEL SUPERIOR



ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. O Serviço de Acolhimento Institucional tem como objetivo exclusivo o abrigamento de crianças em situação de rua.
02. O laudo social é um documento técnico que objetiva avaliar e diagnosticar uma situação social específica, portanto é exclusivo do trabalho do assistente social.
03. O objetivo do Serviço de Abordagem Social é garantir atenção às necessidades imediatas das pessoas atendidas, distanciando-as da rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, reduzindo os vínculos com os usuários. Esse serviço pode ser ofertado também pelo Centro Pop e por Organizações da Sociedade Civil (desde que referenciadas ao CREAS).
04. O Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF é oferecido obrigatoriamente em todos os CRAS e apoia as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.
05. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que crianças e adolescentes têm o direito à convivência familiar e comunitária, devendo ser incentivado o acolhimento institucional em detrimento do acolhimento familiar.
06. O objetivo do Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência é diminuir a exclusão social tanto da pessoa com dependência quanto do cuidador, a superação das violações de direitos e a prevenção do rompimento de vínculos.
07. O SCFV é um serviço gratuito oferecido pela prefeitura para a comunidade.
08. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a internação de adolescentes em conflito com a lei é uma medida excepcional, devendo ser a última alternativa a ser aplicada.
09. O foco do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo é complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e dar oportunidades para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.
10. É sabido que a dependência química é uma doença democrática, no sentido de atingir qualquer pessoa, independente de classe social, idade, raça e gênero.
11. No CREAS, são oferecidas informações, atendimento à família individual ou em grupo, apoio no acesso à documentação pessoal e atendimentos às violências e outras violações, sendo vedado aos membros do CREAS orientar ou encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município.
12. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem como objetivo principal o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários protetivos dos(as) participantes. Para isso, promove momentos de convivência com conversações e fazeres que estimulam competências pessoais e relacionais na intenção de prevenir rupturas de vínculos em decorrência da vivência de violações de direitos. Trata-se de um serviço ofertado em Centros de Convivência governamentais vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social.
13. A participação da sociedade civil é obrigatória nos Conselhos de Assistência Social.
14. O IDH, sigla para Índice de Desenvolvimento Humano, é uma medida de desenvolvimento de um país, que avalia não só os aspectos econômicos, mas também sociais, considerando que não é apenas a economia que mede o avanço de uma população. O IDH é um indicador composto que mede o desenvolvimento social, econômico e educacional de um país.
15. É falso que as medidas socioeducativas têm caráter punitivo e retributivo.
16. O CREAS atua em parceria com outros órgãos e instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário, para garantir a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.
17. O Conselho de Assistência Social é responsável por executar os programas sociais do governo.

18. É falso afirmar que O SUAS é um sistema descentralizado, com participação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
19. É correto afirmar que a alienação parental é considerada uma forma de violência psicológica contra a criança ou adolescente.
20. A PNAS é uma política que busca apenas atender as necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade social.
21. O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece a obrigatoriedade de reserva de vagas em cursos de ensino superior para pessoas com deficiência.
22. Os Serviços de Acolhimento, mais conhecidos como “abrigos”, variam suas características de acordo com a faixa etária e com a condição do público a ser atendido. Existem modalidades de acolhimento diferenciadas para crianças e adolescentes, jovens entre 18 e 21 anos, jovens e adultos com deficiência, adultos e famílias em situação de rua, mulheres em situação de violência doméstica, idosos e famílias ou indivíduos desabrigados/desalojados.
23. A elaboração de um plano de atendimento individualizado é fundamental no planejamento em serviço social.
24. Trabalhar com grupos, comunidades e movimentos sociais é uma abordagem que requer uma perspectiva neutra e imparcial.
25. O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias é ofertado no Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.
26. A instrumentalidade do serviço social consiste na utilização de técnicas e métodos específicos para intervir nas situações de vulnerabilidade social.
27. O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas, busca promover o acesso da população ao mundo do trabalho por meio da oferta de informações e orientações sobre direitos e oportunidades, de ações que tolgem o reconhecimento de potencialidades e o desenvolvimento de habilidades, bem como da articulação com políticas setoriais.
28. O programa Criança Feliz tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
29. No SUAS, serviços, programas, projetos e benefícios são organizados tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Desenvolvidos nos territórios mais vulneráveis, essas atividades têm a família como foco principal de atenção.
30. O Programa de Atenção Integrada à Família (PAIF) e o Programa de Atenção Especializada a Famílias e Indivíduos (PAEFI) são programas do Governo Federal brasileiro voltados para o combate à pobreza e promoção do bem-estar nas famílias brasileiras.
31. Vítimas de violência doméstica podem desenvolver transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).
32. Podem participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e as pessoas idosas, que são reunidos em grupos conforme a sua renda.
33. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV possui cinco grupos de atendimento prioritário. São eles: as pessoas em situação de isolamento; as pessoas identificadas em trabalho infantil; as pessoas com vivência de violência e/ou negligência; as pessoas fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; e as pessoas em situação de acolhimento.
34. A Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) permite às entidades ter isenção das contribuições sociais de seus funcionários (parte patronal da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), ter prioridade em chamamento público, e realizar parcelamento de dívidas com o Governo Federal.
35. As políticas setoriais são voltadas apenas para o desenvolvimento econômico de determinados setores da sociedade.
36. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma política pública que garante o acesso a serviços socioassistenciais, como benefícios, programas e projetos, para a população em situação de vulnerabilidade social.
37. Há unidades do CRAS que possuem a Equipe Volante, que integra a equipe do CRAS e tem o objetivo de prestar serviços de assistência social a famílias que residem em locais de difícil acesso (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros). Essa equipe é responsável por fazer a busca ativa dessas famílias, desenvolver os serviços, fazer encaminhamentos a outras políticas, além de incluir e atualizar os dados das famílias no Cadastro Único.
38. O Serviço de Abordagem Social é um serviço que identifica famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de álcool e outras drogas com o objetivo de reintegrá-las à educação de jovens e adultos (EJA).
39. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade garante a proteção integral, ofertando abrigo a famílias ou indivíduos que se encontram sem referência familiar ou comunitária ou que foram afastados de suas famílias para sua proteção. Pode acolher: crianças, adolescentes, jovens, famílias, pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres vítimas de violência.
40. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é uma iniciativa articulada entre Governo Federal, estados e municípios. O programa garante benefício financeiro à família, efetuado integralmente ao programa Bolsa Família, e ações socioeducativas e de convivência para essas crianças e adolescentes.
41. O Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência desenvolve atividades que promovem a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e idosos.
42. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê a penalização de quem violar os direitos das pessoas idosas, garantindo medidas de proteção e aplicação de sanções penais.

43. É verdadeiro afirmar que o trabalho em rede na assistência social é apenas uma forma de distribuir tarefas e responsabilidades entre diferentes profissionais.
44. É correto afirmar que o BPC pode ser acumulado com outros benefícios previdenciários, como aposentadoria ou pensão por morte.
45. A expressão 'controle social' tem origem na sociologia. De forma geral, é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social, disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais.
46. A política pública é um instrumento utilizado apenas pelos governos para atender às necessidades da sociedade.
47. O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante igualdade de oportunidades e de direitos às pessoas com deficiência, assim como a promoção de sua inclusão social.
48. A Proteção Social Especial de Média Complexidade, no contexto do SUAS, atende famílias e indivíduos em situação de risco social e com direitos violados, como vítimas de negligência, maus tratos, abandono e violência; pessoas em situação de rua; pessoas com deficiência e pessoas idosas em situação de dependência de cuidados; adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; trabalho infantil; dentre outras.
49. O indicador de desenvolvimento econômico per capita é suficiente para medir a qualidade de vida de uma população.
50. O objetivo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é promover o atendimento de famílias e de pessoas que tiveram seus direitos violados, que sofrem negligência e abandono, que foram ameaçados ou sofreram maus tratos, que buscam formas de empreender na sua comunidade, que sofreram discriminações de todos os tipos e que precisam de reforço escolar.
51. É verdadeiro que a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC) envolve apenas atividades de cunho educativo e formativo.
52. No contexto do SUAS, a Proteção Social Básica atende famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social com caráter proativo e preventivo nos territórios.
53. A participação popular é apenas uma forma de expressão política.
54. O SCFV não é voltado apenas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
55. Os serviços de Proteção Social Especial (PSE) têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos e foco nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos.
56. A participação popular é essencial para uma democracia efetiva.
57. A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), foi criada para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.
58. O parecer social é um documento técnico elaborado com o objetivo de emitir uma opinião ou avaliação sobre determinada questão social, não sendo necessária fundamentação teórica.
59. A dependência química é causada principalmente por fraquezas morais ou falta de força de vontade.
60. É verdadeiro afirmar que, para a aplicação da Lei Maria da Penha, é obrigatória a denúncia por parte da vítima.
61. A Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, prevê punições somente para pais biológicos que praticam alienação parental.
62. O programa Bolsa Verde tem como objetivo promover a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade social.
63. O planejamento em serviço social se restringe apenas a ações de intervenção individual.
64. Podem participar do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas) as pessoas com idade entre 14 e 29 anos, residentes nos municípios onde o programa é ofertado. Têm prioridade os usuários de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais, bem como os participantes de programas de transferência de renda.
65. De acordo com a lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é correto afirmar que o Estatuto da Pessoa Idosa garante que todas as pessoas idosas tenham acesso à saúde gratuita e integral.
66. O SUAS tem como objetivo principal a garantia dos direitos socioassistenciais às pessoas em situação de vulnerabilidade social.
67. É falso afirmar que a medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) visa apenas ao acompanhamento e orientação do adolescente, não incluindo a prestação de serviços à comunidade.
68. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem como objetivo principal a inclusão social e a garantia de acesso à educação para crianças e adolescentes.
69. Durante a medida socioeducativa em meio aberto, o adolescente fica privado de liberdade em uma instituição.
70. As Medidas Socioeducativas têm a finalidade de prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, encaminhados pela Vara de Infância e Juventude ou, na ausência dessa, pela Vara Civil correspondente ou Juiz Singular, com objetivo de desprovê-los da proteção social e da responsabilização pelo ato infracional praticado. Também cabe ao CREAS fazer o acompanhamento das famílias dos adolescentes.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. O regime jurídico dos servidores públicos é único para todos os entes federativos no Brasil, sendo determinado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a isonomia entre todos os cidadãos (civis e militares) que possuem cargo efetivo há mais de 3 (três) anos.
72. A moda é sempre igual à mediana.
73. Mário investiu R\$ 10.000,00 em uma aplicação que rende juros compostos de 5% ao mês. Assim, é correto afirmar que levará aproximadamente 14,21 meses para que o valor inicial do investimento seja dobrado, ou seja, seja igual ou superior a R\$ 20.000,00.
74. A área de um círculo de raio igual a 5 cm é de aproximadamente 68,54 cm².
75. O volume de uma pirâmide é sempre maior do que o volume de um cubo com a mesma aresta.
76. Um objeto está à venda por R\$ 1.047,00. Seu preço é aumentado em 25%, mas, em seguida, é reduzido em 20%. Portanto, o preço final do objeto será de R\$ 1.047,00.
77. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que o salário dos servidores públicos deve ser fixado por lei municipal específica, respeitando os princípios de isonomia e da publicidade, sendo redutíveis apenas em função de alguma mudança nos planos de governo vigentes.
78. É vedado ao Poder Executivo do município de Surubim (PE) destinar mais de 25% do seu orçamento para o custeio de despesas com pessoal, tais como o pagamento de salários, encargos ou mesmo com despesas previdenciárias, conforme dispõe o Art. 28 da Lei Municipal nº 482/2023.
79. A Constituição de 1988 estabelece que os servidores públicos têm direito à estabilidade no cargo que ocupam. Tal atributo apenas pode ser conquistado se, ao longo de 3 anos de efetivo vínculo profissional, o servidor comprovar ter utilizado recorrentemente o cargo ou função para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.
80. Organizar, operacionalizar e coordenar a oferta dos serviços para o pleno funcionamento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no âmbito do município de Surubim – PE é uma atribuição de competência da Diretoria do Cadastro Único, conforme dispõe o Art. 82 da Lei Municipal nº 482/2023.
81. Segundo o Código de Conduta Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o servidor público deve tratar com urbanidade e respeito os colegas de trabalho, superiores hierárquicos e subordinados.
82. O provimento de qualquer cargo de gestão no âmbito do município de Surubim (PE) deve ocorrer exclusivamente mediante a aprovação em concurso público específico para a função, e após o candidato empossado ter demonstrado conhecimentos técnicos compatíveis com as suas atribuições após o 12 (doze) meses de estágio probatório.
83. É permitido ao servidor público divulgar informações de caráter sigiloso, desde que isso não prejudique o interesse público.
84. Os juros compostos representam um regime de capitalização em que os juros são calculados apenas sobre o valor principal.
85. Conforme o Decreto nº 1.171/1994, é dever do servidor público permitir que simpatias ou antipatias de ordem pessoal interfiram negativamente no trato com os usuários dos serviços públicos.
86. São prerrogativas dos servidores alocados na Secretaria de Defesa Social de Surubim (PE): dispor de veículo para realizar fiscalizações em feiras e no comércio local; poder desviar servidor público de outra secretaria para atendimento a interesse particular; e receber o benefício do adicional noturno como parte da sua remuneração.
87. O acento circunflexo em “pôs” (verbo pôr) indica a tonicidade da última sílaba.
88. Na frase “Os alunos estudaram muito para a prova,” “muito” é um adjunto adnominal.
89. Em “anexo”, o X é um dífono, pois representa, na fala, dois fonemas (ks).
90. Na sentença “Não nos referimos a essa situação”, o “A” deveria ter acento grave, para marcar a fusão entre a preposição A e o artigo A.
91. Com o novo acordo ortográfico, palavras iniciadas por MICRO devem ter hífen se o termo seguinte for iniciado por “O”.
92. O substantivo “chuva” é classificado como um substantivo concreto.
93. Nos vocábulos “ímpeto”, “água” e “biquíni”, os acentos gráficos se justificam por serem, respectivamente, proparoxítona, paroxítona terminada em ditongo crescente e paroxítona terminada em “i”.
94. O sufixo “-ção” é frequentemente adicionado a substantivos para formar substantivos nomeiam ação ou resultado, como “construção” e “invenção”.
95. O acento agudo em “índice” é uma consequência da regra de acentuação das proparoxítonas.
96. A ênclise é a colocação pronominal em que o pronome átono vem antes do verbo, como em “Me dê um tempo.”.
97. Uma equação de primeiro grau possui sempre uma única solução.
98. A moda pode ser calculada para dados qualitativos nominais.
99. Levando em consideração a equação de segundo grau: $x^2 + 3x + 2 = 0$ e utilizando o método de Bhaskara para calcular: $\Delta = b^2 - 4ac = 3^2 - 4(1)(2) = 9 - 8 = 1$, é correto afirmar que as raízes da equação são: $x_1 = -1$ e $x_2 = -2$.
100. Uma camisa custa R\$ 80,00 e sofre um aumento de 20%. O novo valor da camisa após o aumento de 20% será R\$ 96,00.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO